

Relatório de Gestão  
Conselho Regional  
de Serviço Social  
8ª Região.

Relatório de Gestão 2020 –  
Ainda há Tempo, Vamos  
Resistir e Transformar.  
Relatório de Gestão do  
exercício de 2020  
apresentado aos órgãos de  
controle interno e externo  
como prestação de contas  
anual a que esta Unidade  
está obrigada nos termos do  
art. 70 da Constituição  
Federal, elaborado de  
acordo com as disposições  
da DN – TCU.178/2019

# Relatório 2020

**CRES-DF**



## **Mensagem da Presidente**

O presente instrumento é o Relatório de Gestão do Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Este Relatório de Gestão foi elaborado sob a forma de relato integrado, para divulgar as informações estratégicas do período, considerando os critérios de relevância da abordagem estratégica, estrutura de governança, desempenho orçamentário e financeiro e perspectivas do CRESS, no contexto do ambiente interno e externo.

Os programas, projetos e atividades executadas no período representam a aplicação do pensamento coletivo, estando este documento alinhado aos critérios de integridade e ao dever de prestar contas aos profissionais inscritos neste Conselho Regional e à sociedade civil, no que diz respeito ao desempenho da gestão e à aplicação dos recursos orçamentários e financeiros.

Destarte, a Administração Superior do CRESS divulga este Relatório de Gestão para refletir o intenso trabalho no planejamento institucional e a valorização do compromisso da atuação estratégica, ética e transparente. Boa leitura.

**Karina Aparecida Figueiredo**  
**Presidente**

## Sumário

Capítulo 1 – Apresentação .....	1
Capítulo 2 – Visão Geral .....	3
Capítulo 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas .....	15
Capítulo 04 – Governança, Estratégia e Desempenho .....	
Capítulo 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis .....	23

## Capítulo 1 - Apresentação

O presente documento refere-se ao Relatório de Gestão do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, sintetizando as principais informações estratégicas e de desempenho do CRESS DF.

Este documento permite obter uma visão geral da entidade, apresentando os principais riscos, oportunidades e perspectivas, a estrutura de governança administrativa, assim como resume a execução orçamentária, financeira e contábil do período.

A partir do relato integrado e inter-relacionado de todos os aspectos concernentes à gestão, o presente Relatório propicia a análise do valor público de resultado, evidenciando o atingimento das finalidades precípua deste Conselho, no que concerne à sua missão institucional, apresentando programas, ações e atividades executadas e contendo, ainda, a demonstração objetiva e transparente da aplicação de recursos orçamentários e financeiros.

Elaborado em consonância com as disposições da Instrução Normativa nº 84/2020, do Tribunal de Contas da União, este Relatório de Gestão está estruturado em capítulos, com as respectivas subdivisões, permitindo aprofundar as matérias que devem ser reportadas na prestação de contas anual.

A estrutura deste documento está de acordo também com o modelo da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI), desenvolvido pelo *International Integrated Reporting Council – IIRC* (Conselho Internacional para Relato Integrado).

Portanto, este Relatório considera a interdependência entre as atividades desenvolvidas por seus diversos órgãos e unidades e o volume de recursos alocados para alcançar os objetivos institucionais, reunindo informação da execução financeira e não financeira, sob os seguintes pressupostos: estratégia, governança e desempenho.

As informações contidas neste Relatório de Gestão seguem os princípios da abordagem estratégica e da conectividade da informação, de forma concisa e transparente. Dentro desse contexto, no que tange à materialidade da informação, o capítulo 2 propicia a visão geral organizacional. O capítulo 3 contempla a identificação dos riscos, das oportunidades e das perspectivas institucionais. O capítulo 4 apresenta a estrutura de governança e gestão estratégica. O capítulo 5 apresenta as informações orçamentárias, financeiras e contábeis, seguindo os requisitos da confiabilidade e completude da informação.

Destarte, este documento foi construído com base no ambiente de regulação de conteúdo baseado nos princípios da transparência e da completude de informação, consolidando as informações da prestação de contas no nível estratégico e operacional.

## Capítulo 2 – Visão Geral

O Conselho Regional de Serviço Social da 8ª Região é uma Autarquia Federal e constitui-se em Unidade Prestadora de Contas – UPC, por previsão expressa constante da Instrução Normativa nº 84/2020 e da Decisão Normativa nº 187/2020, do Tribunal de Contas da União.

Abaixo são apresentadas as informações institucionais mais relevantes sobre o CRESS DF.

### **Missão**

Ser um órgão de defesa da profissão na perspectiva da ampliação e garantia de direitos humanos em consonância com as atribuições profissionais, atuando com qualidade na orientação e fiscalização do exercício profissional, de modo a ser referência para a categoria e a sociedade.

### **Visão**

Ser uma Autarquia Pública de referência e identidade para os profissionais de Serviço Social, para as instituições e para a Sociedade, na perspectiva de garantir uma direção social vinculada ao Projeto Ético Político.

### **Valores**

Reconhecimento da liberdade como valor ético central;

Defesa intransigente dos direitos humanos;

Ampliação e consolidação da cidadania;

Defesa do aprofundamento da democracia;

Posicionamento em favor da equidade e justiça social;

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito;

Garantia do pluralismo;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

## **Objetivos Estratégicos**

Consolidar o Serviço Social como uma profissão reconhecida, respeitada e executada com autonomia nos mais diversos espaços socioocupacionais desempenhada pelos profissionais, com atenção aos princípios éticos, técnicos e políticos.

Realizar a fiscalização da profissão, atendendo aos processos que aguardam manifestação do CRESS DF.

Promover a integração com outras lideranças regionais da saúde no Distrito Federal.

Ampliar a fiscalização de profissionais e estabelecimentos, de acordo com a legislação específica;

Promover a arrecadação e a exação de acordo com as medidas convencionalmente previstas conforme o sistema jurídico em vigor.

Atuar na valorização do CRESS DF por meio do apoio ao profissional inscrito neste Conselho, dentro de um valor público.

## **Prioridades da Gestão**

Atuar em prol do fortalecimento da função precípua do CRESS DF dentro do objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão.

Atuar na redefinição dos fluxos internos de trabalho do CRESS DF, com vistas ao aprimoramento institucional.

Profissionalizar a gestão por meio da contratação de Assessoria de Gestão especializada para atividades-meio.

Promover a organização dos processos administrativos dentro dos critérios de eficiência e da boa gestão administrativa.

Promover a contratação de quantitativo mínimo e essencial para o quadro de pessoal do CRESS DF, por meio da finalização de concurso público e seleção de estagiários.

Estabelecer e adquirir estrutura física adequada ao desempenho das atividades no CRESS.

### **Principais Resultados da Gestão**

O primeiro período da gestão - Ainda Há Tempo, Vamos Resistir e Transformar (maio/2020 a dezembro/2020) foi marcado pelo enfrentamento da crise ocasionada pela Covid-19. A crise sanitária ocasionada pelo contágio e disseminação, em nível internacional, da Covid-19 impactou no processo de transição entre a última e a atual gestão, que se deu de forma remota, marcada pelos esforços em realizar um levantamento das necessidades do CRESS e uma análise situacional, especialmente quanto à estrutura administrativa. O Plano de Metas para o ano de 2020, programado pela Gestão anterior, também teve de que ser revisado, em razão dos impactos às atividades planejadas, por força da pandemia instalada pela Covid-19.

Mesmo nesse cenário, foi possível reorganizar os processos de trabalhos internos do CRESS, melhorando os fluxos para o registro de profissionais no Conselho, tanto no que se refere a novas inscrições, quanto à gestão de processos de profissionais inscritos. Isso se deu com empenho de atuação das Conselheiras na gestão administrativa, as quais permaneceram mais próxima aos funcionários do CRESS DF. A contratação de assessorias de gestão e de comunicação permitiu, dentre outros benefícios, o encerramento de contratos precários de trabalho, assim como trouxe mais agilidade e melhor fluidez ao trabalho.

### **Ambiente Interno**



O CRESS DF possui as seguintes Comissões:

- Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI
- Comissão Administrativo-Financeira
- Comissão de Inscrição
- Comissão de Comunicação
- Comissão de Formação
- Comissão Permanente de Ética
- Comissão de Ética e Direitos Humanos
- Comissão de Seguridade Social
- Comissão de Educação

**A Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI** é a instância responsável por executar a Política Nacional de Fiscalização – PNF, assegurando o cumprimento dos objetivos e diretrizes institucionais. A PNF é permeada por dimensões que se articulam no planejamento de ações para a defesa e valorização da atividade profissional.

A COFI atualmente é constituída por quatro conselheiras: Rosângela de Fátima Baía Ferreira (Coordenadora), Ágata Parentes Ferreira, Gislaine Andrea Almeida Medeiros e Shirlei Pereira Gomes dos Santos; duas agentes fiscais: Jacqueline Isabela Rodrigues Lopes Andriolli e Isadora Alves de Moraes; e uma assessora jurídica: Roberta Nayara Pereira Alexandre.

Atendendo aos preceitos dispostos na dimensão político pedagógica, que fomenta a orientação no âmbito da profissão e da sociedade em geral, foram realizadas orientações para esclarecer as atribuições e competências dos assistentes sociais em diferentes contextos sócio ocupacionais.

Entretanto, devido às medidas de restrição para evitar o contágio e a disseminação da COVID-19, no ano de 2020, não foram realizadas visitas presenciais de fiscalização. A elaboração de cronograma mensal para a realização de visitas, conforme demanda, foi substituído por reuniões virtuais com os espaços sócio-ocupacionais. Avaliou-se que as visitas exporiam a agente fiscal e as conselheiras a graves riscos, com implicações para sua saúde e de suas

famílias. Em virtude da excepcionalidade do contexto apresentado, as demandas que surgiram no período foram classificadas de acordo com a sua gravidade, para, então, decidir o cronograma da realização das reuniões e a deliberação pelas medidas a serem tomadas, de acordo com cada caso, analisado individualmente. No período de maio/2020 a dezembro/2020, a COFI realizou cerca de 16 (dezesesseis) reuniões virtuais.

Além disso, a COFI realizou remotamente encontros virtuais com profissionais inscritos, que passaram por alguma situação de ofensa no desempenho da atividade profissional. Os respectivos encontros foram direcionados para obter mais informações sobre as denúncias, os locais de trabalho e eventuais pormenores não relatados na queixa. A partir da apreciação dos fatos, foram realizadas reuniões e emitidos ofícios para coibir a violação da legislação profissional e subsidiar a atuação dos profissionais.

A COFI realizou, ainda, 53 (cinquenta e três) ações de orientação, por meio de e-mail e telefone. As principais demandas provenientes dos profissionais tratavam sobre a ausência de condições de trabalho e as implicações desse processo para o exercício ético profissional. As orientações decorreram, majoritariamente, do desconhecimento das atribuições do assistente social no espaço institucional. Além disso, foram respondidos questionamentos sobre a competência dos profissionais nesses espaços, que interferiram diretamente sobre sua autonomia.

Durante o período em questão, também foram requeridas orientações sobre os limites da atuação e a possibilidade de oferecer candidatura para cargos de nível superior que não exijam formação específica. Orientações, nesse sentido, foram igualmente realizadas por e-mail e contato telefônico. Ademais, a COFI, por vezes, foi informada sobre a abertura de processos seletivos cuja vacância para o Serviço Social designava atribuições incompatíveis com a formação profissional. Nesse sentido, as empresas foram notificadas através de ofício para retificar as informações, incorrendo o risco de impugnação do edital. Realizou-se cerca de 15 (quinze) orientações a empregadores.

Nos casos em que houve possível violação do Código de Ética Profissional do Assistente Social, foi oferecida denúncia “ex-officio” à Comissão Permanente de Ética do CRESS.

Devido ao contexto de crise sanitária, o CRESS DF recebeu um grande número de denúncias e de solicitações de orientação e fiscalização advindos de assistentes sociais inseridos em espaços de trabalho, ligados à área da saúde. Dentro das diversas situações de violação das condições de trabalho do profissional de Serviço Social, recebeu-se uma grande demanda relacionada à guarda de pertences, que em diversos hospitais estava atribuída, irregularmente, ao assistente social.

Desse modo, além das orientações e ofícios emitidos pela COFI, o CRESS/DF construiu a Orientação Normativa Nº 01/2020, que dispôs sobre as competências da/o assistente social na guarda de pertences de pacientes internadas/os. Essa Orientação tem resguardado as atividades de diversos assistentes sociais nesse contexto de pandemia, auxiliando os profissionais na tomada de posicionamento frente à constante precarização do trabalho.

Em relação aos estágios, as agentes fiscais do CRESS DF seguiram enviando os formulários de credenciamento de estágio para as Instituições de Ensino Superior, juntamente com a Resolução CFESS Nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio, e também a Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que manifesta a suspensão do estágio em período de pandemia.

Houve duas capacitações a agentes fiscais e conselheiras no ano de 2020, relacionadas ao Módulo Fiscalização, realizada pela empresa que provê a solução tecnológica contratada pelo CRESS DF (Implanta).

A capacitação sobre a operacionalização do sistema de cadastro nacional de campos de estágio, planejada pela gestão anterior, foi suspensa em 2020 e está prevista para ser realizada no ano de 2021, em razão da necessidade de revisão das atividades por conta da pandemia causada pela Covid-19.

As ações planejadas direcionadas ao espaço sócio-jurídico foram também adiadas devido às inúmeras requisições relacionadas aos profissionais da Seguridade Social, intensamente demandados naquele momento e atualmente. As atividades coletivas direcionadas aos profissionais (cerca de 20-vinte) aconteceram por meio de lives nas redes sociais.

**A Comissão Administrativo-Financeira – ADMFIN** é composta pelas Conselheiras Karina Figueiredo , Tatiane , Pietra Soares da Silva, Marta Angélica, Valneia Martins, Gislaine, Shirlei e Paulla Kalliny Moura Cronemberger (coordenadora).

A ADMFIN é uma Comissão Permanente do CRESS, prevista nas normativas do Sistema CFESS/CRESS, destinando-se a acompanhar e orientar as questões administrativas e operacionais, sob a ótica da transparência e da legalidade da gestão, na busca entre o equilíbrio financeiro e a realização de uma gestão democrática, além de executar ações de combate à inadimplência. A ADMFIN, ainda, analisa e emite parecer sobre propostas referentes ao acordo coletivo de trabalho e plano de cargos, carreira e remuneração dos(as) empregados(as) públicos(as) do CRESS. Dessa Comissão derivam duas Sub-Comissões: a de Patrimônio, responsável por zelar pela preservação e conservação do patrimônio do Conselho, e a Sub-Comissão de Licitação, responsável pelos encaminhamentos formais nas modalidades licitatórias, conforme a Lei nº 8.666/83. Essas Sub-Comissões devem ter a presença de empregados(as) públicos(as) do CRESS, para dar celeridade aos processos, bem como a participação da(o) Presidente ou Vice-Presidente e 1ª e/ou 2ª Tesoureiros(as).

No exercício de 2020, a ADIMFIN se empenhou em dar continuidade à execução de processos iniciados pela gestão anterior. Assim, foram finalizados os processos de aquisição necessárias à uma sustentação das atividades do CRESS DF, como a aquisição/instalação de persianas para as janelas da Sede, a troca de vidros quebrados e colocação de vidro nas mesas de estações de trabalho. Buscando a adaptação e melhoria de nossa comunicação, foi realizado novo contrato de prestação de serviços de telefonia, com redução final do preço em

30% sobre o valor pago mensalmente e com aquisição de internet de melhor velocidade, permitindo um tráfego mais eficiente de informações. O CRESS adquiriu, ainda, celulares para a melhoria da comunicação com os profissionais, instalação de mídias sociais, números específicos para cada demanda, e soluções mais rápidas para a categoria. Os sistemas de informação foram modernizados, migrando para o serviço online junto à prestadora de serviços Implanta, o que proporcionou uma melhor ferramenta de trabalho para os funcionários. Os processos de compra de material de expediente, material permanente e afins foram também otimizados, reduzindo o custo e aumentando a qualidade dos produtos adquiridos.

Ainda, dentro de sua atribuição, a ADMFIN finalizou a análise do Plano de Cargos e Salários do CRESS DF, colocando como prioridade a valorização da carreira dos empregados do Conselho.

A ADMFIN se empenhou, também, para que o CRESS pudesse realizar concurso público para contratar empregados efetivos para os cargos de Agente Fiscal (pelo menos 1) e Assistente Contábil (pelo menos 1), cuja realização foi temporariamente afetada pelos impactos da pandemia ocasionada pela Covid-19.

Procurando, ainda, atingir uma melhor gestão financeira, houve também a migração de Instituição bancária, em busca de melhores índices para aplicações financeiras do Conselho e taxas mais baratas.

**A Comissão de Inscrição** é composta pelas Conselheiras Shirlei Pereira dos Santos Rodrigues (coordenadora), Karina Aparecida Figueiredo, Tatiane Pereira da Costa, Gislaine Andrea Almeida Medeiros, Grace Kele da Silva e Márcia Regina Praxedes da Silva, com função institucional específica de promover e receber as inscrições de profissionais nos seus quadros.

Com o número total de inscrições realizadas de 268, 41 transferências, 14 indeferimentos, sendo sintetizadas em 64 Resoluções.

**A Comissão de Comunicação** é composta pelos Conselheiros Júlia Caroline Pires Gonçalves (coordenadora), Karina Aparecida Figueiredo, Ester Dantas de Moura, Tatiane Pereira da Costa, Paulla Kalliny Moura Cronemberger, Lucas Elpídio Ramos da Silva e Pietra Soares da Silva, sendo responsável pela comunicação interna e externa, aproximando as unidades do CRESS DF entre si e estabelecer o diálogo permanente, eficaz e responsivo com os profissionais inscritos e a sociedade civil como um todo.

**A Comissão de Formação** é integrada pelas Conselheiras Karina Aparecida Figueiredo (coordenadora), Shirlei Pereira Gomes dos Santos e Maria Isabel Megres de Sousa, à qual compete atuar e garantir a formação profissional adequada.

**A Comissão Permanente de Ética** é composta pelas Conselheiras Tatiane Pereira da Costa (coordenadora), Lucci Del Santos Laporta, Karina Aparecida Figueiredo e Maria Isabel Megres de Sousa, sendo responsável pela análise deontológica e dos princípios éticos da profissão.

A Comissão Permanente de Ética do Conselho Regional de Serviço Social/8ª Região é uma das comissões regimentais que compõem o conselho. As integrantes desta comissão têm trabalhado no sentido de reafirmar a direção do projeto ético-político da categoria, avaliando denúncias de possíveis infrações cometidas por assistentes sociais contra as normativas e regulamentações profissionais, à luz do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação.

Sob a coordenação da conselheira vice presidenta Tatiane Costa, a CPE vem cumprindo seu papel que é a elaboração de pareceres éticos a respeito das denúncias que chegam ao Conselho. Cabe ressaltar que após a análise da denúncia, que ocorre a partir das prerrogativas que constam no Código Processual de Ética (Resolução CFESS 660/2013), o parecer é submetido ao Conselho Pleno do CRESS, que decide abrir processo ético disciplinar ou arquivar a denúncia.

A CPE do CRESS/DF também organiza os procedimentos que permeiam o julgamento ético. Nos casos em que a denúncia se transforma em processo, é

instituída uma Comissão de Instrução (composta por assistentes sociais) que, após análises, produz um parecer que será apreciado no julgamento. No parecer, a Comissão de Instrução sugere se a denúncia procede e, em caso positivo, qual a penalidade poderia ser aplicada pelo Conselho.

Porém, o trabalho da Comissão Permanente de Ética não se limita à análise da denúncia. Ela também cumpre papel pedagógico junto aos envolvidos, reafirmando a direção social da profissão. Explica o que é o trabalho do Serviço Social para alguns usuários que realizam denúncias, elucida a diferença entre denúncia ética e denúncias de outra natureza (criminal, cível, administrativa), defendendo os princípios presentes no Código de Ética Profissional e as normativas ético-profissionais.

Para além disso, prevista pela Política Nacional de Fiscalização (Resolução CFESS 512/2007), a Comissão Permanente de Ética compõe a Comissão Ampliada de Ética que composta por alguns de seus membros junto aos membros da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional.

Destarte, a atual gestão do CRESS/DF, orienta e julga processos éticos de profissionais atuantes distribuídos no Distrito Federal que é dividido em 33 regiões administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos.

Por fim, durante o período em que se refere esse documento, foram realizadas três (03) reuniões presenciais, com intuito de organização de processos para arquivamento deixados pelas gestões anteriores, solicitação de análise de três (03) processos éticos em trâmite e pareceres jurídicos da assessoria do conselho, bem como, reabertura de processos em fase de instrução que estão no aguardo de retorno de profissionais da base para julgamentos e seguimentos, no total de dois (02).

Por derradeiro, a Comissão Permanente de Ética que é responsável pelo curso Ética em Movimento, se reuniu e organizou o provável calendário e

adequações ao modelo remoto para aplicação do curso em duas fases ainda no ano de 2021, para cumprir as ordenações colocadas pelo conjunto CFESS/CRESS.

### Relatório Consolidado.

Denúncia ética/disciplinar		01/2008	2008	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		01/2009	2009	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		01/2010	2010	Arquivamento - prescrição processual	CPE	25/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		02/2010	2010	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		03/2010	2010	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		03/2011	2011	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		01/2011	2011	Arquivamento - prescrição processual	CPE	25/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		02/2011	2011	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Desagravo público		04/2011	2011	Parecer jurídico - arquivamento/prescrição	JURÍDICO	27/11/2020
Recurso administrativo		05/2011	2011	Arquivamento - prescrição processual	CPE	25/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		01/2012	2012	Parecer jurídico - arquivamento	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		03/2012	2012	Parecer jurídico - arquivamento	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		04/2012	2012	Arquivamento - prescrição processual	CPE	27/11/2020
Solicitação listagem		05/2012	2012	Parecer jurídico - ANÁLISE	JURÍDICO	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar	A instruir	01/2013	2013	Instrução processual - CPE	CPE	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar	SIM	01/2014	2014	Seguimento processual	CPE	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		02/2014	2014	Arquivamento - prescrição processual	CPE	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		01/2015	2015	Arquivamento - prescrição processual	CPE	25/11/2020
Denúncia ética/disciplinar		02/2015	2015	Arquivamento - prescrição processual	CPE	25/11/2020



Desagravo público		01/2018	2018	Arquivamento - prescrição processual	CPE	27/11/2020
Denúncia ética/disciplinar			2018	Arquivamento - prescrição processual	CPE	27/11/2020
Desaforamento CFESS 01/2018			2018		CPE	27/11/2020
Desaforamento CFESS 02/2018			2018		CPE	27/11/2020

**A Comissão de Ética e Direitos Humanos** – CEDH tem como membros as Conselheiras Lucci Del Santos Laporta (coordenadora), Ágata Parentes Ferreira, Gislaine Andrea Almeida Medeiros, Karina Aparecida Figueiredo, Paulla Kalliny Moura Cronemberger, Rosângela de Fátima Baía Ferreira, Shirlei Pereira dos Santos e Tatiane Pereira da Costa. A CEDH pauta-se na análise crítica e estratégica dos direitos humanos como mediação para a defesa de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade, sob a perspectiva de conhecer as reais condições de vida da população e buscar formas de intervir na defesa de direitos e contra todos os processos de degradação da vida humana.

A CEDH atua na capacitação de agentes multiplicadores, por meio do curso Ética em Movimento, oferecido à base de assistentes sociais, assim como na divulgação do Código de Ética Profissional e na defesa dos princípios contidos no Projeto Ético-Político Profissional, articulando-se com movimentos em defesa dos direitos humanos.

Além das conselheiras, integram também a CEDH assistentes sociais da base e as suas atividades são abertas à participação de estudantes de Serviço Social que queiram contribuir com os debates.

No âmbito da CEDH, estruturam-se Grupos Temáticos – GTs com o objetivo de melhor organizar pautas em que os componentes possuam mais inserção junto aos movimentos sociais e/ou mais conhecimento teórico. Dos GTs hoje existentes, conta-se com “Mulheres, dissidências de gênero e de sexualidade”, “Raça e Etnia”, “Gerações e combate ao Etarismo”, “Direitos de Pessoas com Deficiência e

combate ao Capacitismo” e “Serviço Social e Sistema Prisional”. Os GTs têm autonomia para se auto-organizarem e levarem os debates às reuniões gerais da CEDH.

No exercício de 2020, foram realizadas duas grandes lives na CEDH: Live Live “Transgeneridade, identidade de gênero e Serviço Social” - Formação Política em Celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBT”, em 01/07/2020; e Live “Assistentes sociais na luta antirracista”, no dia 20/11/2020, em decorrência do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado na mesma data. Além disso, estabeleceu-se calendário para 2021, notadamente quanto à Live “O papel do Serviço Social brasileiro na luta pela dignidade trans”, para o dia 08/02/2021, em respeito ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado em 29/01 de cada ano.

A CEDH usou as redes sociais também para prestigiar datas de outros grupos sociais submetidos à discriminação. No dia 27/02, a CEDH postou no seu perfil do um card sobre os direitos da população idosa, além de publicar um texto sobre a questão no site.

Houve, no ano de 2020, a instituição de algumas comissões necessárias para melhor funcionamento do CRESS DF. Foi instituída a Comissão de Patrimônio e a Comissão Permanente de Licitação, o que dá mais agilidade e lisura aos processos de compra e aquisição de materiais. Foi criada também a Comissão de Combate à Inadimplência, cuja atividade conseguiu regularizar a situação financeira de muitos profissionais que estavam inadimplentes junto a este Conselho.

**A Comissão de Seguridade Social** tem como membros as Conselheiras Joelma Santos da Silva (coordenadora), Evandra Maria Alves da Luz, Tatiana Pereira da Costa, Ester Dantas de Moura, Karina Aparecida Figueiredo e Maria Isabel Megres de Sousa, voltando-se à valorização da atividade profissional, por meio das ações específicas que promove.

**A Comissão de Educação** é integrada pelas Conselheiras Gislaíne Andrea Almeida Medeiros (coordenadora), Karina Aparecida Figueiredo, Valneia Martins

da Silva, Lucci Del Santos Laporta e Shirlei Pereira Gomes dos Santos, promovendo a aproximação acadêmica e o desempenho profissional do Serviço Social.

Todas as Comissões do CRESS DF tiveram uma notada atuação em favor das missões finalísticas do Conselho e no atendimento aos profissionais inscritos e à sociedade, conforme será melhor de apresentado no capítulo deste Relatório de Gestão que tratar especificamente da estrutura de governança desta Autarquia.

### **Identificação da Unidade Prestadora de Contas - UPC**

Realizada a apresentação da visão geral do CRESS, identifica-se a UPC, conforme os dados a seguir:

Denominação	Conselho Regional de Assistência Social da 8ª Região
Abreviação	CRESS DF
Natureza Jurídica	Autarquia Federal
CNPJ	00.109.561/0001-23
Página na internet	<a href="http://www.cressdf.org.br">http://www.cressdf.org.br</a>
Telefones	(61) 3328-5509 / 3328-1423
E-mail	cress8df@gmail.com
Sede	SRTVN Conjunto P, Ed. Rádio Center, salas 3.139/3.140,/3142 Asa Norte, Brasília – DF – CEP 70.719-900,
Presidente/Ordenadora de Despesa	Karina Aparecida Figueiredo

### Capítulo 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

São apresentados, a seguir, os riscos, oportunidades e perspectivas institucional, conforme dentro de uma análise de curto, médio e longo prazo e que possam ter implicações potenciais nos objetivos estratégicos.

#### Riscos

No desempenho de suas finalidades, o CRESS DF tem por objetivo básico disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, conforme prevê o art. 7º, da Lei nº 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

A seguir, são apresentados os principais riscos que podem afetar a atividade operacional do CRESS DF, identificados no exercício de 2020:

- a) Número reduzido de empregados públicos;
- b) Ausência de plano organizacional de cargos e salários;
- c) Estrutura física e tecnológica deficiente;
- d) Ausência de fluxo de processos internos bem definidos;
- e) Existência de inadimplência em grau moderado, com impacto possível na execução orçamentária e financeira.

ID	Risco	Impacto	Medidas de Mitigação
01	Número reduzido de empregados públicos	Alto	Realização de concurso público
02	Ausência de plano organizacional de cargos e salários	Alto	Aprovação de Plano de Cargos e Salários
03	Estrutura física e tecnológica deficiente	Médio	Aquisição de cortinas e outras modificações na Sede, assim como aquisição de módulos da Implanta, com capacitação para o uso
04	Ausência de fluxo de processos internos bem definidos	Médio	Revisão dos fluxos internos
05	Existência de inadimplência em	Alto	Programa de

grau moderado, com impacto possível na execução orçamentária e financeira	recuperação de crédito e campanha de inadimplência
---	--

### Oportunidades e Perspectivas

Foram identificadas as seguintes oportunidades identificadas:

- a) Valorização da Instituição por meio do apoio ao profissional inscrito;
- b) Integração com outras lideranças regionais da saúde;
- c) Aproximação da sociedade com o Serviço Social, expedindo orientação sobre as atividades do Assistente Social, evitando a precarização do trabalho;
- d) Incentivo à arrecadação por meio de programa de facilitação à recuperação de valores de inadimplência.

As ações executadas ou em discussão, dentro do contexto de se criar perspectivas para potencializar os impactos positivos das oportunidades identificadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

ID	Oportunidades Identificadas	Ações
01	Valorização da Instituição por meio do apoio ao profissional inscrito	Implantação de sistema remoto para o recebimento e tratamento de denúncias, adotando providências tempestivas para o estabelecimento de condições adequadas de trabalho.
02	Integração com outras lideranças da área da saúde	Ampliação da atuação do CRESS DF na defesa do Serviço Social no contexto da saúde.
03	Incentivo à arrecadação por meio de programa de facilitação à recuperação de valores de inadimplência	Implantação de programa de recuperação de crédito tributário, aproximando o profissional inadimplente do CRESS DF, através de campanhas de

	Refis.
--	--------

As oportunidades identificadas que implicassem em atividade presencial, planejadas para o exercício de 2020, foram impactadas pelas medidas sanitárias de prevenção ao risco de contágio e disseminação da Covid-19 (vide a seção seguinte).

### **Medidas de enfrentamento à Covid-19 e os seus impactos**

As atividades presenciais do CRESS DF foram impactadas pelas medidas de enfrentamento à Covid-19 (novocoronavírus). Diante das medidas de restrição voltadas à prevenção ao risco de contágio e disseminação da Covid-19, a Administração do CRESS DF privilegiou que se realizassem atividades remotas, reorganizando, assim, o ambiente de trabalho, de modo a garantir a continuidade de atendimento aos profissionais inscritos e à sociedade, sem prejuízo ao cumprimento da missão institucional.

Para garantir um atendimento ágil e eficiente, as principais reformulações estratégicas de atendimento foram o recebimento de solicitação de inscrição/registro profissional por e-mail exclusivo divulgado pelo CRESS DF, assim como a manutenção de canais de atendimento para orientação e recebimento de denúncias relativas à atuação profissional.

## Capítulo 04 – Governança, Estratégia e Desempenho

### Estrutura de Governança

O CRESS DF é uma Autarquia Pública Federal, vinculada ao Sistema CFESS, com autonomia administrativa e financeira e jurisdição no Distrito Federal (8ª Região).

O CRESS DF tem por objetivos básicos os seguintes: organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais; fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de assistente social; zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional e aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.

O CRESS DF conta com um Plenário, enquanto órgão máximo, assim como mantém controle interno desempenhado por suas unidades orgânicas, as quais atuam de acordo com os seguintes eixos:

- Administrativo financeiro: responsável pelo direcionamento político, financeiro e orçamentário, para as ações da gestão do CRESS DF;
- Comunicação: responsável pela política nacional de comunicação no âmbito do CRESS DF, garantindo os espaços de interlocução com a categoria e a sociedade;

Ética e direitos humanos: responsável pelas diretrizes e direcionamentos éticos políticos para abordagem das questões que envolvem a Ética e os direitos humanos no cotidiano da profissão;

Fiscalização e orientação profissional: responsável pelas ações para a orientação, fiscalização e fortalecimento do exercício da profissão do assistente social, em seu âmbito de jurisdição, assegurando a defesa do espaço profissional e a melhoria da qualidade de atendimento aos usuários do Serviço Social;

Formação profissional: responsável por assegurar a articulação entre o conjunto CFESS/CRESS, ENESSO, ABEPSS para fortalecer o plano de lutas, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social e da formação contra a precarização do ensino superior na perspectiva de incidir sobre o trabalho do assistente social na supervisão acadêmica e de campo;

Relações internacionais: responsável por intensificar os debates e publicizar os posicionamentos do conjunto CFESS/CRESS na defesa e ampliação dos direitos humanos, democracia e organização do serviço social latino americano e caribenho, garantindo a dimensão e interface dos princípios éticos dos assistentes sociais junto à sociedade;

- Seguridade Social: responsável por fortalecer, assegurar e aprofundar as discussões, numa perspectiva crítica, a categoria dos assistentes sociais na defesa dos direitos da política social pública laica, gratuita e de qualidade conforme os princípios da política nacional de fiscalização.

O CRESS DF mantém as seguintes Comissões:

- Comissão Administrativa Financeira
- Comissão de Orientação e Fiscalização
- Comissão de Formação
- Comissão de Ética e Direitos Humanos
- Comissão de Seguridade Social
- Comissão de Comunicação
- Comissão de Inscrição
- Comissão de Ética Permanente
- Comissão de Educação

No exercício de 2020, foram criadas, ainda, as seguintes Comissões:



- Comissão de Patrimônio
- Comissão Permanente de Licitação
- Comissão de Combate à Inadimplência

Internamente, o CRESS DF conta com as seguintes unidades:

- Setor Administrativo-Financeiro
- Coordenação Administrativa-Financeira
- Setor de Orientação e Fiscalização – SOFI
- Setor de Fiscalização

### **Gestão de Pessoas**

O CRESS DF apresenta o seguinte quantitativo de colaboradores:

- Empregados Públicos: 1
- Contratos Temporários: 02
- Cargos Comissionados: 1

No exercício de 2020, foi dado andamento ao processo de contratação de Instituição para realização de concurso público, destinado a selecionar pessoal para cargos vagos no CRESS DF, sendo pelo menos um Agente Fiscal e pelo menos um Assistente Contábil.

### **Licitações e Contratos**

As licitações e contratos administrativos do exercício de 2020 estiveram orientadas pelo orçamento-programa aprovado para o exercício, tendo se observado a legislação aplicável, destacando-se:

- Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

- Lei Federal nº 10.520, de 17/06/2002: Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Decreto nº 7.174, de 12/05/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

Os procedimentos licitatórios do período foram os seguintes:

- Edital CARTA CONVITE nº 002-2020 – Contratação de Assessoria de Comunicação
- Edital CARTA CONVITE Nº 003 – 2020 – Contratação de Assessoria Contábil
- Edital CARTA CONVITE Nº 004 – 2020 – Contratação de Assessoria e Consultoria na área administrativa e gestão.

### **Atividades mais finalísticas**

No campo das atividades finalísticas, devem ser divulgadas as seguintes informações:

- Número total de fiscalizações realizadas: 53
- Número de Regiões Administrativas (RAs) abrangidas: 27 RAs.
- Número total de autos de infração e notificações semelhantes: 0 (zero)
- Número de processos instaurados por infração ético-disciplinar em trâmite no exercício: 03

## Capítulo 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

### Gestão Orçamentária e Financeira

A gestão orçamentária e financeira foi precedida de empenho, seguindo da liquidação e do pagamento.

Foram, portanto, observados os três estágios da execução da despesa orçamentária pública, conforme os três estágios estabelecidos na Lei nº 4.320/1964, e com observância ao programa-orçamento aprovado para o exercício de referência.

Apresenta-se, abaixo, o Balanço Patrimonial consolidado:

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.203.846,25</b>	<b>1.115.524,65</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>45.359,47</b>	<b>44.123,36</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.060.367,75	915.845,05	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	296,25	3.400,85
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	63.741,88	125.849,57	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	59.651,17	52.789,30	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	12.281,67	11.212,19
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	20.085,45	21.040,73	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	311,07	311,07
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	4.825,19	4.825,19
	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	27.645,29	24.374,06
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>489.829,95</b>	<b>455.512,65</b>	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	124.266,78	124.266,78	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	124.266,78	124.266,78	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	124.266,78	124.266,78	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	365.563,17	331.245,87	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	141.361,35	107.044,05	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	224.201,82	224.201,82		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00

### Gestão patrimonial

Os contratos realizados no período foram em quantitativo necessário para o cumprimento dos objetivos estratégicos do CRESS DF, sem a realização de investimento de capital relevante individualizado.

No exercício de 2020, a gestão do CRESS DF houve o desfazimento de bens inservíveis, conforme relação abaixo:

Relação de desfazimento de bens, doados a empresa de reciclagem.

<b>Nº DE ORDEM</b>	<b>ÍTEM</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DESCRIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
01	Teclado	Marca Clone, Modelo Slim Keyboard NO: 0507816861	Sem funcionamento
02	Impressora	Marca LexMark Modelo E210 NS: MM341000333	Sem funcionamento
03	Monitor	Marca Samsung, Modelo Sync Master 753v Serial: AQ17HXAT806717X	Sem funcionamento
04	CPU	Marca LG	Não existem outras especificações no equipamento
05	Impressora	Marca HP, Modelo PSC 2410 Photosmart	Sem funcionamento
06	Retroprojektor	IEC Visograf Vg 300	Sem funcionamento
07	Condicionador de Ar	Marca Springer Royal 180	Sem funcionamento
08	Teclado	Marca Genius, Modelo nº GK – 120003/K	Sem funcionamento
09	Monitor	Marca LG, Modelo 20EN33SSA Nº Série 311SPLC15208	Sem funcionamento
10	CPU	Não identificado	No equipamento, não existem referências que possam identificar marca, modelo ou ano

### **Desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos**

O CRESS DF tem adotado medidas voltadas ao incremento de recursos, por meio do estímulo à arrecadação, notadamente pela criação de Comissão transitória voltada ao combate à inadimplência.

### **Resumo da situação financeira (saldos das principais contas, resultados, receitas e despesas)**

A tabela abaixo apresenta o resumo da situação financeira, com o saldo das principais contas e resultados, receitas e despesas do período de referência e a correspondente variação (positiva ou negativa), permitindo a análise da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício:

<b>Especificação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	1.203.846,25	1.115.524,65	8%
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	1.060.367,75	915.845,05	16%
<b>Créditos a curto prazo</b>	63.741,88	125.849,57	-49%
<b>Demais créditos e valores a curto prazo</b>	59.651,17	52.789,30	13%
<b>Estoques</b>	20.285,45	21.040,73	-5%
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	489.829,95	455.512,65	8%
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>	124.266,78	124.266,78	0%
<b>Créditos a longo prazo</b>	124.266,78	124.266,78	0%
<b>Dívida ativa tributária</b>	124.266,78	124.266,78	0%
<b>Imobilizado</b>	365.563,17	331.245,87	10%
<b>Bens móveis</b>	141.361,35	107.044,05	32%
<b>Bens Imóveis</b>	224.201,82	224.201,82	0%
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	45.359,47	44.123,36	3%
<b>Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo</b>	292,25	3.400,85	-91%
<b>Fornecedores e conas a pagar a curto prazo</b>	12.281,67	11.212,19	10%
<b>Obrigações de repartição a outros entes</b>	311,07	311,07	0%
<b>Provisões a curto prazo</b>	4.825,19	4.825,19	0%
<b>Demais obrigações a curto prazo</b>	27.645,29	24.374,06	13%
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	0,00	0,00	0%